



**A Campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1937-1945):  
integração cultural e disputas políticas**

Clayton Hackenhaar\*

**Resumo:** A historiografia nacional costuma destacar que as intervenções nas regiões coloniais de Santa Catarina, durante o Estado Novo (1937-1945), estariam relacionadas à integração e assimilação dessas regiões aos referenciais de brasilidade propagados pelo regime. Este trabalho pretende demonstrar que, em Santa Catarina, a Campanha de Nacionalização tomou novos contornos, que não eram necessariamente culturais, mas sim políticos. Nesse sentido, busquei investigar como a Campanha de Nacionalização e todo o discurso ideológico estado-novista de formação da nacionalidade foi instrumentalizado por Nereu Ramos e membros do Partido Liberal Catarinense para enfraquecer adversários políticos da Ação Integralista Brasileira e do Partido Republicano Catarinense, ligados às regiões de imigração do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense.

**Palavras-chave:** Campanha de Nacionalização. Conflitos políticos. Santa Catarina.

**Abstract:** Brazilian historiography tends to highlight that interventions in the colonial regions of Santa Catarina, during the Estado Novo period (1937-1945), were related to the integration and assimilation of these regions to referentials of brazilianness propagated by the regime. This paper aims to demonstrate that, in Santa Catarina, the Nationalization Campaign took new shape, which was not necessarily cultural, but political. Accordingly, I investigate the Campaign for Nationalization and the "New State" ideological discourse of citizenship training, was supported by Nereu Ramos and members of the Partido Liberal Catarinense, in order to weaken political opponents of the Ação Integralista Brasileira and the Partido Republicano Catarinense in the immigration-related regions of the Itajaí valley and northeastern Santa Catarina.

**Keywords:** Nationalization Campaign. Political conflicts. Santa Catarina.

---

\* Mestre em História pela UFSC. [claytonhack@gmail.com](mailto:claytonhack@gmail.com)



Com o movimento de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, a construção da nacionalidade recebeu grande atenção do executivo federal. Tal discussão já acontecia desde a metade do século XIX e estava diretamente relacionada à ocupação de determinadas áreas do território brasileiro por imigrantes e à substituição da força de trabalho escrava. Na década de 1930, se pensava que somente com a interferência estatal seria possível construir uma pátria unida, que caminhasse harmoniosamente na direção da identidade nacional, com todos os estrangeiros nacionalizados. A partir de 1930, o tema passou a ser central nos debates políticos, o que já acontecia nos debates intelectuais desde pelos menos o movimento modernista de 1922, mas somente depois de 1937 é que se tornou, de fato, política de Estado.

Para os ideólogos do Estado Novo, a construção do Estado nacional “passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 166), juntamente com a incorporação e a adaptação dos estrangeiros aos valores nacionais. Desse modo, a assimilação das minorias linguísticas e culturais se transformou em questão de segurança nacional, pois se desejava “apagar os sinais de uma possível heterogeneidade social, eliminar as diferenças de todos os matizes, e assim construir uma nacionalidade homogênea e indistinta” (DUARTE, 1997, p. 130). Em 25 de janeiro de 1938, foi criada pelo governo federal, pelo Decreto-lei n. 2265, a Comissão de Nacionalização, que tinha como objetivo “estudar leis nacionais para regular a entrada, fixação, naturalização e a expulsão dos estrangeiros.”<sup>1</sup> A participação e a atividade política foi proibida a estes pelo Decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938.<sup>2</sup> O Decreto-lei n. 406, de 04 de maio de 1938, regulamentava a entrada de estrangeiros no país, assim como as cotas de imigrantes de cada país ou etnia.<sup>3</sup> Em 18 de novembro de 1938 foi instituída, pelo

<sup>1</sup> Decreto nº 2.265, de 25 de janeiro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2265-25-janeiro-1938-345763-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 28 jan. 2014.

<sup>2</sup> Decreto nº 383, de 18 de abril de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 30 jan. 2014.

<sup>3</sup> Decreto nº 406, de 04 de maio de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 30 jan. 2014.



Decreto-lei n. 868, a Comissão Nacional do Ensino Primário, para “definir a ação a ser exercida pelo governo federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira.”<sup>4</sup>

Após 1937 e a instauração do Estado Novo, “estrangeiro” e “comunista” passaram a ser categorias bastante maleáveis, nas quais poderiam ser enquadradas todas as pessoas consideradas perigosas ou subversivas aos olhos dos agentes estatais, fossem elas nascidas no Brasil ou em qualquer outro país. No caso dos imigrantes alemães e seus descendentes em Santa Catarina, são recorrentes os registros apontando que as ações repressivas e as perseguições decorrentes da Campanha de Nacionalização foram, na maioria das vezes, arbitrárias. Em muitos casos fica evidente que as motivações para a campanha contra os “alienígenas” eram, ao menos parcialmente, de ordem pessoal, como no caso de Alcides Ferreira de Souza, que fez uma apologia a Campanha de Nacionalização:

Com as credenciais de brasileiro nato, e de quem teve a audácia, quer como professor quer como simples caboclo, de dar em tempos idos o grito de alarma em prol da nacionalização, mormente o ensino primário não só no estado, como no Brasil inteiro; si ontem como professor me bati, hoje como ferroviário e humilde representante da imprensa me bato com mais denodo e tomo a liberdade de respeitosa e congratular-vos e consignar-vos um voto de apoio aos vossos atos, em prol da nacionalização do ensino, principalmente o último, quanto ao vernáculo, pois cada ato desse é para mim, como um balsamo suavizador nas chagas abertas em meus brios de brasileiro caboclo pelas constantes perseguições sofridas de elementos alienígenas, ontem como professor e hoje como simples brasileiro, mas sempre de atalaia para o bem do Brasil, para tanto conte comigo. Si ontem como professor nacionalizei escolas e crianças, hoje pela imprensa, a tribuna e, com os meus atos, nacionalizo as massas.<sup>5</sup>

Nesse contexto estado-novista de exaltação do nacionalismo, muitos alemães foram presos em Santa Catarina, acusados de nazismo ou ações subversivas simplesmente pelo fato de serem alemães. As alegações referentes à presença de

<sup>4</sup> Decreto n° 868, de 18 de novembro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 30 jan. 2014.

<sup>5</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 090 e 091. Florianópolis, 07 de março de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

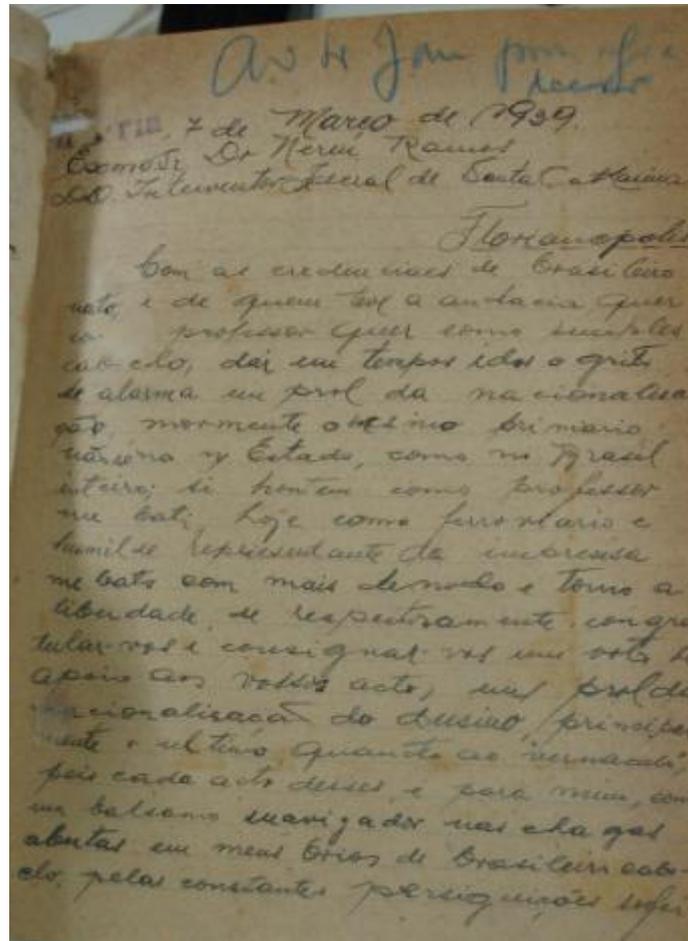


nazistas nas regiões coloniais, assim como as da não assimilação e integração desses imigrantes aos referenciais da brasilidade foram argumentos úteis na construção de um estigma sobre essas populações, que legitimava ações estatais e policiais perante a sociedade catarinense e brasileira. As denúncias referentes à formação de “quistos étnicos” e à infiltração nazista no Vale do Itajaí no começo da década de 1930 influenciaram em grande medida a política de repressão institucionalizada pelo governo federal a partir de 1938.

Há certo consenso na historiografia nacional referente às intervenções estatais decorrentes da Campanha de Nacionalização nas áreas coloniais dos três estados da região Sul do Brasil durante o Estado Novo. Segundo essa perspectiva, tais ações estariam relacionadas à necessidade de integração e assimilação dessas regiões coloniais aos referenciais da brasilidade propagados pelo regime estado-novista.<sup>6</sup> Num momento em que se buscava formar uma identidade nacional e constituir uma cultura brasileira, regiões do Sul do Brasil ocupadas por imigrantes e seus descendentes foram vistas pelo governo federal como empecilho para a formação da nação “una, indivisa e coesa”, representando um perigo para a unidade nacional. Como o estado de Santa Catarina havia recebido grande número de imigrantes alemães desde o século XIX, várias cidades das regiões do norte e Vale do Itajaí foram consideradas, nas décadas de 1930 e 1940, exemplos de “quistos étnicos” e da manifestação da ideologia nazista em terras brasileiras.

---

<sup>6</sup> Essa perspectiva pode ser observada nos seguintes trabalhos: MONTEIRO, Jaecir. **Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 1979; COELHO, Ilanil. **Joinville e a campanha de nacionalização**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, 1993; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Inventário DEOPS: Alemanha, módulo I**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997; SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, vol. 3, n. 1, p. 95-131, 1997 e Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p.199-229; BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo...**, p. 137-166; CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006 e **Santa Catarina, 1930: da degenerescência a regeneração**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.



Correspondência enviada por Alcides Ferreira de Souza para Nereu Ramos em 1939.

Simon Schwartzmann argumenta que por “mais verdadeira que fosse a presença e a ameaça do nazismo no Brasil, seria ingênuo acreditar que ela esgotasse todo o sentido da repressão nacionalizadora que se abateu sobre as colônias estrangeiras no Brasil daqueles anos” (1984, p. 154). Uma interpretação semelhante à de Schwartzmann busca demonstrar que a intensidade das intervenções estatais durante a Campanha de Nacionalização nas regiões coloniais do Sul estaria ligada ao peso econômico e político que possuíam.<sup>7</sup> Segundo Paulo de Nóbrega, desde o momento em que foi percebido um aumento da participação política dos teuto-brasileiros na política catarinense da Primeira República, seus adversários luso-brasileiros teriam começado a criticar “sua origem

<sup>7</sup> Cf.: GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; DUARTE, Adriano Luiz. Trabalho e etnicidade em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. **Revista de História Regional**, v. 16, p. 351-375, 2011.



estrangeira para atacá-los, alegando razões de integridade nacional” (2006, p. 178). Para João Klug (2009), os imigrantes e seus descendentes em Santa Catarina não estavam isolados, enquistados ou não assimilados, pois em 1876, já se podia perceber em pronunciamentos que os imigrantes desejavam que seus filhos aprendessem o português, facilitando assim sua inserção social, econômica e política na sociedade catarinense e brasileira. Nessa perspectiva, diferenças de importância e participação, tanto política quanto econômica, e não somente aspectos culturais ou étnicos, devem ser levados em conta para compreender os motivos de uma intervenção mais intensa nas regiões coloniais de Santa Catarina do que nas do Rio Grande do Sul e do Paraná. Nesses dois estados, as áreas de colonização não detinham a mesma importância política e econômica que possuíam em Santa Catarina durante o Estado Novo. Desde o começo do século XX, foi notório o crescimento econômico dessas regiões catarinenses, associado a um aumento da participação política de pessoas provenientes do Vale do Itajaí, que se fortaleceram e se consolidaram através de fortes vínculos, como casamento, negócios, germanidade e procuraram se eleger ou eleger representantes que defendessem seus interesses e fossem solidários na manutenção das regras do jogo, permitindo a alternância de alguns nomes ligados a estes interesses e projetos comuns, na esfera pública (BARRETO, 2003, p. 165).

Até o ano de 1930, o controle econômico e político do Estado catarinense pertencia às elites do Vale do Itajaí, aglutinadas em torno do Partido Republicano Catarinense (PRC), capitaneadas por Adolfo Konder. O grupo político que assumiu o governo de Santa Catarina com o movimento de 1930 representava os interesses da grande propriedade e da pecuária, e via no PRC e nas elites do Vale seus principais adversários políticos. Logo, o governo catarinense no pós 1930 buscou dar um fim à rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que os sustentavam desde a Primeira República. Assim, as intervenções estatais nas regiões coloniais tornaram-se expediente rotineiro de autoridades públicas aliadas dos Ramos e dos liberais, que alegavam combater os inimigos da pátria e os “quistos étnicos”. Contudo, essas intervenções dependiam de “constelações políticas, sociais e econômicas locais, da



qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores” (GERTZ, 2005, p. 49).

Nesse sentido, este trabalho se fundamenta na hipótese de que as intervenções não foram realizadas sistematicamente contra qualquer alemão ou teuto-brasileiro, mas contra aqueles que estivessem ligados a alguma estrutura de poder, fosse político, econômico ou social, ou que fossem considerados como obstáculos à permanência e expansão do grupo instalado no controle estatal depois de 1930 em Santa Catarina.

No estado de Santa Catarina, a Campanha de Nacionalização tomou contornos que não visavam somente integrar imigrantes aos referenciais de brasilidade ou combater uma suposta infiltração nazista. Nessa disputa entre os grupos oligárquicos aliados aos Ramos – ligados à grande propriedade e ao planalto – e os grupos oligárquicos aliados aos Konder – “alemães” ligados à indústria, pequena lavoura e regiões de colonização–, as escolas privadas catarinense representavam um ponto central.

Para Nereu Ramos, controlar o ensino não seria somente uma maneira de formar uma opinião pública favorável ao seu governo, mas uma oportunidade de enfraquecer o poder político e econômico dos republicanos e neutralizar a divulgação do *deutschum* através das escolas privadas. O *deutschum* pode ser explicado resumidamente como a conservação da pureza étnica germânica, com a manutenção da língua, dos costumes e das tradições, opondo-se a casamentos inter-raciais. Para René Gertz (1987), não seria inadmissível interpretar o *deutschum* como uma “dominação da burguesia sobre o proletariado”, pois esta ideologia atraía sobretudo às elites, tendo a finalidade de reforçar relações de dominação. Essa ideia de dominação e cooptação implícita no *deutschum* provavelmente era o motivo para que uma considerável parcela das elites econômicas e políticas de Blumenau, a maioria delas ligadas ao Partido Republicano Catarinense, nela investissem (FROTSCHER, 2007, p. 75). Portanto,

...mais do que o vínculo paternalista, a fórmula mais tradicional que os empresários brasileiros usaram para se aproximar dos trabalhadores, a identidade étnica entre trabalhadores e empresários, afinal, todos “trabalhadores alemães”, construía um laço capaz de manter “de fora” os demais trabalhadores. A relação paternalista pressupõe uma reciprocidade entre “os de baixo” e “os de cima”; portanto, é um vínculo que pode se romper se a reciprocidade for quebrada. Já a “identidade étnica”, nesse contexto específico, é um vínculo de sangue, determinado pelo nascimento e, em princípio, irrecusável. Romper esse



vínculo e se colocar contra o padrão é o mesmo que recusar sua herança natural e abandonar sua comunidade de nascimento, isto é, a nacionalidade alemã (DUARTE, 2011, p. 371).

Nereu Ramos e seu grupo constataram que as escolas privadas eram uma das bases de sustentação dos republicanos do Vale do Itajaí e realizaram uma investida contra elas, visando dismantlar um dos principais instrumentos utilizados pelas elites do Vale do Itajaí para consolidar seu poder, pois, segundo Paulo de Nóbrega, “as instituições culturais, e particularmente a escola, desempenharam papel importante na legitimação do poder e de quem e de como o exercia na Primeira República” (2006, p. 70). Exercer o controle e impor novos objetivos à educação catarinense, mas principalmente, às escolas privadas no Vale do Itajaí, eram aspectos primordiais na Campanha de Nacionalização, relacionados em grande medida a interesses políticos e econômicos do interventor de Santa Catarina, disfarçados em “integração” dos estrangeiros aos referências culturais brasileiros.

Estabelecimentos escolares nos municípios de Caçador e Itapiranga geraram desavenças e confrontos. No município de Itapiranga, o inspetor escolar de Cruzeiro do Sul, Antônio Lúcio, pediu o fechamento de uma escola paroquial em 19 de junho de 1938:

Diante do Decreto-lei 88 que estabelece, entre outras disposições, a de que o ensino nas escolas primárias deve ser feito unicamente no vernáculo, é lamentável que crianças até a idade de 14 anos não saibam sequer uma palavra da língua do país em que nasceram. É a prova evidente e incontestável de que esta escola não cumpre as determinações de nossas leis e é um foco de anti-nacionalismo, o que em absoluto não podemos admitir. Assim sendo, proponho ao governo do estado que sejam aplicadas as penalidades previstas do referido Decreto-lei 88.<sup>8</sup>

O Decreto-lei nº 88, promulgado pelo interventor catarinense em 31 de março de 1938, estabelecia normas relativas ao ensino primário em escolas particulares e públicas no estado de Santa Catarina.<sup>9</sup> Entre essas, pode-se destacar a obrigatoriedade de aulas

<sup>8</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 165. Palmas, 19 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>9</sup> Decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no estado de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



ministradas no idioma nacional, de professores e diretores brasileiros natos, além da proibição de subsídios de governos e instituições estrangeiras. Caso tais orientações não fossem cumpridas, a determinação do governo estadual era de fechamento da instituição. Amparado nesse decreto é que o inspetor escolar de Cruzeiro do Sul solicitava o fechamento da escola paroquial. Segundo Carlos B. de Mello, diretor da escola paroquial de Itapyranga e autor de uma missiva enviada de Palmas para o interventor catarinense, o inspetor escolar de Cruzeiro do Sul agia motivado por interesses pessoais e políticos. Para o diretor da escola, as reais motivações do inspetor escolar Antônio Lúcio ficavam evidentes no ofício enviado para Nereu Ramos, onde este solicitava a nomeação de um amigo para o cargo de diretor na referida escola:

Se esta escola passar a ser dirigida pelo reverendo padre Ernesto Vosskuehler, elemento perfeitamente integrado no sentimento de brasilidade e velho e acabado educacionista, concordamos em que seja mantida a escola, porque acreditamos que serão cumpridas as leis de nacionalização e observado o Decreto-lei 88.

Assim, para o então diretor da escola paroquial de Itapyranga, Carlos de Mello,

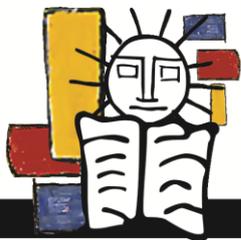
as falsas bases em que o Snr. Inspetor assentou o seu laudo e a instituição de um estrangeiro para diretor duma escola rural, demonstram que o Snr. Antonio Lucio não procurou fazer justiça em Itapyranga, mas já foi para lá levado de animosidade contra o padre Reiderer, com intenção preconcebida de fechamento de minha escola paroquial.<sup>10</sup>

O que chama a atenção na carta escrita por Mello é o fato de que o inspetor escolar de Cruzeiro do Sul indicou um estrangeiro para o comando de uma escola supostamente “antinacionalista”, o padre Ernesto Vosskuehler. Indicações como essa sugerem que as perseguições e fechamentos de escolas durante a Campanha de Nacionalização não seguiam somente os desígnios federais de integração e assimilação.

Do município de Caçador, o inspetor escolar Hermínio Heusi da Silva escreveu uma carta para o interventor catarinense, em 18 de março de 1939, informando que a Igreja Marista estaria causando problemas à educação escolar no município.<sup>11</sup> Segundo

<sup>10</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 165. Palmas, 19 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>11</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 107, 108 e 109. Caçador, 18 de março de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



Hermínio Heusi da Silva, os prédios utilizados pelas cinco turmas do Grupo Escolar de Caçador pertenciam à congregação Marista. Como consequência da Campanha de Nacionalização, irmãos e irmãs da daquela congregação que atuavam como professores e que não preenchiam todos os requisitos estabelecidos pelo Decreto-lei n. 88, foram destituídos de suas funções. A resposta dos Maristas a essas demissões realizadas pelo governo estadual resultou na revogação do empréstimo de seus prédios para a escola vocacional de Caçador. Dessa forma, Hermínio Heusi da Silva pedia providências a Nereu Ramos, para limitar o poder dos Maristas em relação ao ensino escolar na cidade. Ao final da carta, um agente estatal fez interessantes comentários sobre o fato narrado pelo missivista, solicitando a manifestação do Secretário de Interior e Justiça:

Os irmãos Maristas de Caçador continuam trazendo dificuldades para o ensino, visando com isto impor sua entrada no que concerne à instrução da infância naquela localidade. Faz-se necessária, portanto, uma medida que liberte as crianças em idade escolar da tutela que se lhes quer impor e os faça compreender (os irmãos) que o estado não pode trocar os seus serviços pela liberdade de agir em Caçador, como lhe aprouver.<sup>12</sup>

Infelizmente não é possível identificar o nome da pessoa que escreveu essas considerações, mas elas deixam evidente que o controle sobre a educação era algo que gerava muitas disputas.

Após a análise das cartas que abordam fechamentos de escolas, demissões de professores e diretores escolares, somos tentados a pensar até que ponto interesses pessoais determinavam quem seria prejudicado durante a Campanha de Nacionalização. Da mesma forma, essas cartas mostram que o controle sobre a educação era um ponto vital não apenas do projeto político de Nereu Ramos, mas dos mais diferentes grupos de interesses que compunham a sociedade catarinense da primeira metade do século XX. Ao buscar colocar a seu serviço a educação em Santa Catarina, Nereu Ramos esbarrou nos interesses dos republicanos e de pequenos grupos que forneciam professores e instalações para esses estabelecimentos escolares.

---

<sup>12</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1939, p. 109. Caçador, 18 de março de 1939. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



Em Santa Catarina, somente em 1938 foram fechadas mais de 137 escolas privadas (MONTEIRO, 1979, p. 107). Apesar das alegações estatais para a Campanha de Nacionalização, muitos fechamentos estavam relacionados a outros interesses, como no caso da escola fechada por Nereu Ramos em Canoinhas. Para tanto, tomou-se por base...

...que, conforme representação da inspetoria de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, o professor Frederico Hoesel, diretor da escola evangélica “Euclides da Cunha”, na cidade de Canoinhas, embora nascido no Brasil, não inspira confiança como educador das novas gerações brasileiras, em vista das suas convicções políticas demonstradas quando exercia as funções de professor da escola particular de Teste Salto, em Blumenau, segundo foi agora apurado por aquela inspetoria.<sup>13</sup>

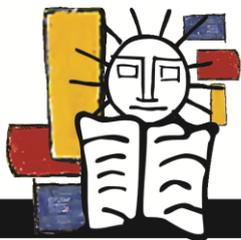
As escolas de Gentil Steiner, em Joinville, e a de Jacoh Arns, em Criciúma, foram fechadas em 12 de setembro de 1942, por uma suposta divulgação da ideologia nazista e não cumprimento das leis de nacionalização, respectivamente:

Interventoria decretou fechamento definitivo da escola particular regida pela professora Gentil Steiner em Joinville, que vinha lecionando em língua alemã fora do horário escolar. Na referida escola foi apreendido material didático de propaganda nazista. Também foi decretado fechamento da escola particular regida por Jacoh Arns no lugar de Forquilha, município de Criciúma, que não só burlava as leis de nacionalização do ensino como exercia atividades nocivas a segurança nacional.<sup>14</sup>

Levando-se em consideração o ponto de vista do governo estadual catarinense, fica, por vezes, a impressão de que havia mais nazistas em Santa Catarina do que na Alemanha. No caso das três escolas fechadas, os motivos não ficam totalmente claros, são associados à Campanha de Nacionalização, defesa da segurança nacional e outros fantasmas que assombravam a sociedade brasileira e o regime estado-novista. Contudo, nessas três cartas, ficam manifestas as motivações políticas de tais atos estatais, seja na acusação das “convicções políticas” de Frederico Hoesel, na suposta “propaganda nazista” realizada por Gentil Steiner ou nas “atividades nocivas à segurança nacional”

<sup>13</sup> Caderno de expedientes do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/2º Trimestre, 28 de abril 1942. P. 120 e 121. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>14</sup> Caderno de expedientes do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Livro 1942/3º Trimestre, 12 de setembro de 1942. P. 594. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



realizadas por Jacob Arns. É visível que a política e a economia catarinense tinham uma grande influência quanto a quem seria perseguido, preso como suposto nazista ou acusado de realizar ações contra a segurança nacional. A Campanha de Nacionalização permitiu uma investida mais violenta e arbitrária dos Ramos e dos liberais sobre os republicanos e a população catarinense; foi mais um capítulo de uma ação estatal que já vinha acontecendo desde 1930, e que agora ganhava respaldo do regime estado-novista. Essa legitimidade que a Campanha proporcionou às investidas contra as escolas privadas catarinenses era a oportunidade que Nereu Ramos esperava para tentar dismantlar as bases de sustentação dos republicanos e silenciar outros pequenos opositores a seu projeto político.

Nas cartas enviadas para os interventores estadual e federal podemos perceber que nem todos os alemães, ou descendentes de alemães, foram perseguidos. Em várias cidades coloniais de Santa Catarina, estes continuaram exercendo cargos de extrema relevância, muitas vezes nomeados pelo interventor Nereu Ramos. Após o golpe de novembro de 1937, os prefeitos eram nomeados pelos respectivos interventores estaduais, e Nereu Ramos não teve problemas para nomear prefeitos de ascendência alemã em plena Campanha de Nacionalização – o prefeito de Brusque em 1940, Germano Schaefer,<sup>15</sup> assim como o de Hamônia em 1941, Rodolpho Koffke,<sup>16</sup> o de Porto União, também em 1941, Helmuth Müller,<sup>17</sup> e o de Jaguaruna em 1943, Luís Schmidt.<sup>18</sup> Da mesma forma que prefeitos, os delegados de polícia também eram nomeados pelo interventor estadual, e muitos deles possuíam ascendência alemã, como no caso do delegado especial de polícia de Brusque, João Jorge Kormann,<sup>19</sup> ou nacionalidade alemã, como o delegado de Nova Esperança (que não teve seu nome

<sup>15</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 2º semestre, p. 63. Brusque, 27 de julho de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>16</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 - 1º semestre, p. 07 e 08. Hamônia, 10 de janeiro de 1941. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>17</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1941 - 1º semestre, p. 150. Matos Costa, 10 de fevereiro de 1941. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>18</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 - 2º semestre, p. 88. Jaguaruna, 17 de setembro de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>19</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1943 - 2º semestre, p. 245. Brusque, 04 de dezembro de 1943. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



mencionado na carta de Júlia Vieira).<sup>20</sup> Segundo Julio Cantisano, em carta escrita em 09 de setembro de 1940, o inspetor escolar do município de Três Barras, Germano Waguifürh, também possuía ascendência alemã.<sup>21</sup>

Esclarecedora é uma carta enviada de Hamônia, na qual o missivista agradece a nomeação de sua filha, chamada Hedwig, para o cargo de adjunta do Grupo Escolar desse município.<sup>22</sup> A nomeação de Hedwig, provavelmente uma descendente de alemães, não seguiu as orientações emanadas pela Campanha de Nacionalização, mas se deveu, sim, à amizade de seu pai com a “família do Dr. Pedrinho” – alcunha de João Pedro da Silva, marido de Raquel Ramos, irmã de Nereu Ramos, pais do futuro governador de Santa Catarina, Aderbal Ramos da Silva (BARRETO, 2003). Dessa maneira, é possível inferir que as perseguições e nomeações realizadas pelo interventor estadual não seguiam necessariamente os desígnios oficiais de assimilação e integração dos alemães e seus descendentes à cultura brasileira e aos ideais da nacionalidade, mas aos interesses pessoais, políticos e econômicos imediatos dos mais diversos atores sociais, que, em muitos momentos, determinavam aproximações ou afastamentos de “brasileiros” ou “alemães”, dependendo das disputas e dos contextos de cada região catarinense. A política estadual explica as opções efetivas da política de nacionalização.

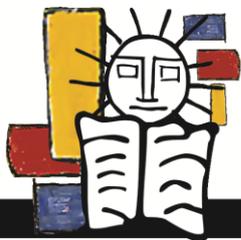
As ações estatais contra imigrantes e pessoas de ascendência alemã deixavam parcelas da população catarinense indignada e sem compreender seus motivos. De São Joaquim, Evaldo Bathke escreveu para Nereu Ramos, em 10 de setembro de 1942, reclamando do tratamento recebido pelos descendentes de alemães em Santa Catarina:

Vossa Excelência constatará a situação vexatória, injusta e perigosa que aqui reina, mercê da incompreensão de alguns que exclusivamente vê em cada brasileiro um traidor e indigno da pátria, de uma vez que seja descendente de pessoas nascidas no estrangeiro, embora seja ele tão patriótico, leal, fiel sentinela e servidor abnegado da nossa estremecida e querida pátria, tanto quanto seja todo o bom brasileiro de

<sup>20</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º semestre, p. 244, 245, 246 e 247. João Pessoa, 09 de maio de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>21</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 2º semestre, p. 121 e 122. Três Barras, 09 de setembro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>22</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 162 e 163. Hamônia, 15 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



brio que com verdadeiro carinho e veneração a terra gloriosa e santa que lhe deu a família, o pão e o ser.<sup>23</sup>

A carta evidencia a impressão de que muitos dos imigrantes e seus descendentes perseguidos pela Campanha de Nacionalização não entendiam os motivos para as ações estatais, já que muitos deles se consideravam tão ou mais nacionais do que os brasileiros filhos de pais brasileiros. Com certeza, muitos desses imigrantes e seus filhos não se viam desintegrados, enquistados ou não assimilados à política e à economia catarinenses; por essas razões, era praticamente impossível entender os motivos que levavam Nereu Ramos e seu governo a persegui-los, prendê-los e violentá-los.

Também é perceptível nas cartas enviadas para o interventor estadual que vários brasileiros foram perseguidos pelo governo estadual e seus representantes municipais, ou demitidos de cargos públicos. Em carta escrita do município de Rodeio, o padre Lindser falava que 17 professoras brasileiras de escolas particulares não conseguiriam cumprir as condições prescritas no Decreto-lei n 88, e assim seriam demitidas.<sup>24</sup> No município de Brusque, o professor da Escola Evangélica Alberto Torres, Dalilo Sumitino Pereira, alegava ter sido vítima de calúnias que o levaram a ser demitido simplesmente pelo “delito de ser brasileiro”.<sup>25</sup> O agente sanitário e enfermeiro do posto de saúde de Joinville, Joaquim Coelho da Rocha, também denunciava ter sido demitido por calúnias levantadas contra ele.<sup>26</sup> Por sua vez, Anselmo Gesser, professor em Blumenau, alegava que a sua demissão fora motivada por ele ter seguido às instruções do inspetor escolar, que determinava que o ensino escolar não fosse ministrado em alemão. Essa recusa teria desagradado “às velhas raposas da politicagem integralista e nazista” e o prefeito de Blumenau, que o teria demitido.<sup>27</sup> É claro que, ao analisar essas cartas, deve-se levar em consideração que muitos desses depoimentos podem ser

<sup>23</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1942 - 2º semestre, p. 65. São Joaquim, 10 de setembro de 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>24</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 156, 157 e 158. Rodeio, 08 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>25</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º semestre, p. 35 e 36. Brusque, 16 de janeiro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>26</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 1º semestre, p. 117. Joinville, fevereiro de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>27</sup> Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1940 - 2º semestre, p. 16 e 17. Joinville, 06 de julho de 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



exagerados ou falsos; contudo, fica evidente que as perseguições e violências estatais também atingiram brasileiros que, perante a Campanha de Nacionalização, não forneciam motivos aparentes para essas arbitrariedades por parte de Nereu Ramos e seus subalternos.

A Campanha foi o álibi perfeito para Nereu Ramos perseguir tranquilamente seus adversários políticos, como os Konder, o Partido Republicano Catarinense e os integralistas. Partindo dessas constatações, entendo que a política de nacionalização do ensino, as intervenções em associações recreativas e culturais ou em estabelecimentos industriais das regiões coloniais de Santa Catarina faziam parte de uma estratégia de Nereu Ramos para dismantelar as bases políticas de seus adversários no estado, principalmente no Vale do Itajaí. O interventor catarinense percebeu que essas instituições eram usadas principalmente pelas elites políticas e econômicas daquela região para normatizar condutas, inculcar valores, obter o apoio político e o controle sobre seus habitantes. Muitas das pessoas que participavam da administração ou dirigiam determinadas escolas e entidades associativas acumulavam certa influência sobre a população local, que poderia ser convertida em apoio político. Assim, este trabalho descarta qualquer ideia de uma homogeneidade de pensamento das regiões coloniais, pois elas possuíam as suas clivagens sociais, que não eram determinadas unicamente por razões culturais ou étnicas, mas também por questões relacionadas à classe social, inserção política, corrente migratória, participação nos campos decisórios da elite local, situação econômica, experiências de trabalho e proletarização. Nesse sentido, a noção de etnicidade deve ser o ponto de partida para a investigação, e não o componente explicativo que responde à maioria dos questionamentos, a chave-mestra que abre todas as portas. Nesse sentido, a etnicidade deve ser contextualizada e acompanhada de uma discussão sobre as questões sociais que lhe dão forma, sentido e conteúdo (DUARTE, 2011).

Fica claro que a Campanha de Nacionalização tomou novos rumos em terras catarinenses, não somente culturais, numa disputa entre brasileiros e alemães, mas sim políticos e econômicos. Nereu Ramos e parte da população catarinense aproveitaram as oportunidades que surgiram com a Campanha de Nacionalização, e a sua ideia de



assimilação e integração, para atacar adversários políticos, impor seu poder e legitimá-lo. Vale lembrar que “ataques” estatais já vinham acontecendo nas regiões coloniais de Santa Catarina desde 1930, quando os Ramos, juntamente com o interventor Ptolomeu de Assis Brasil, assumiram o comando do estado. No caso de Blumenau, após a instauração do Estado Novo, Nereu Ramos tratou primeiramente de silenciar seus opositores políticos, pois este município era o reduto eleitoral do PRC desde a Primeira República e, a partir de 1936, dos integralistas. Com a Campanha de Nacionalização iniciada em 1938, o interventor catarinense dava prosseguimento às suas intervenções em escolas privadas, indústrias e associações culturais (que já realizava desde o ano de 1935), agora respaldado por leis federais. Esses são exemplos que demonstram que as ordens do governo federal eram interpretadas e adaptadas conforme os contextos estaduais, levando sempre em consideração as disputas políticas, econômicas e sociais das populações locais. No caso em questão, da população catarinense.

## Referências Bibliográficas

BARRETO, Cristiane Manique. Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir (Org.). **História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Insular, 2003, p. 163-182.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 137-166.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência a regeneração**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Inventário DEOPS: Alemanha, módulo I**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a campanha de nacionalização**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, 1993.



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISÍNOS

DUARTE, Adriano Luiz. A construção do estranhamento e a construção do espaço público: os japoneses no Estado Novo. **Revista Acervo**, v. 10, n. 02, p. 129-146, jul/dez 1997.

\_\_\_\_\_. Trabalho e etnicidade em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. **Revista de História Regional**, v. 16, p. 351-375, 2011.

FROTSCHER, Méri. **Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)**. Blumenau/SC: EdiFurb/EdUnioeste, 2007.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. Guerra contra cidadãos. **Revista Catarinense de História**, v. 13, p. 35-43, nov. 2005.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Leila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial: volume III – 1870/1879**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 199-232.

MONTEIRO, Jaecir. **Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 1979.

NÓBREGA, Paulo de. **Poder oligárquico, nacionalização de imigrantes e ensino público: modernização do ensino primário de Santa Catarina (1910-1930)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (Orgs.). **Tempos de Capanema**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

\_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p.199-229.

*Artigo recebido em 28 de julho de 2015.  
Aprovado em 22 de novembro de 2015.*